

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada. Gostaria de registrar que aqui, nesta Casa, encontram-se os alunos, a direção e os membros da APP da Escola de Ensino Médio Professora Elza H.T. Pacheco, de Blumenau, que estão vivendo lá um drama já há algum tempo.

Eles vêm pedir a todos os parlamentares desta Casa uma solução para o seu problema, que não é resolvido pela secretaria de Desenvolvimento

Regional de Blumenau. Por isso, trouxeram o problema até este Parlamento e irão entregar uma documentação.

Hoje, dia em que Blumenau completa 165 anos, é feriado na cidade, e esses alunos vieram a esta Capital com seus pais, professores e a direção da escola para trazer o problema a fim de tentar solucioná-lo de uma vez por todas, uma vez que vem se arrastando há anos.

Eles gostariam de entregar essa documentação a todos os deputados. E estão do lado de fora do plenário, aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputada, todos os parlamentares receberão a documentação. A própria assessoria da Casa fará a distribuição para que todos os deputados recebam a mesma.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Inicialmente quero aqui saldar a representação do Colégio Estadual Professora Elza H.T. Pacheco do município de Blumenau que a deputada Ana Paula Lima já os cumprimentou. Ela que é de Blumenau depois que ela saudou peço a permissão para eu saldar os alunos, os professores, em nome da Associação dos Pais e Professores da dona Albertina Rangel, em nome da Edicleia Batista, que é a presidente do Conselho Deliberativo.

Em nome do presidente do Grêmio Estudantil Douglas Florenço e da diretora a professora Tânia Elani Wuaden que faz aqui uma visita a este Parlamento. E que em nome deles aproveito para reiterar o pedido junto ao secretário de Educação junto ao governador do estado. Naturalmente isto é uma questão de planejamento, Santa Catarina tem 1.220 colégios estaduais mais ou menos como este de vocês, alguns um pouco maiores, porque chegam até mais de mil alunos, e o estado então, é responsável pelo ensino médio.

Gradativamente vai se repartindo o ensino fundamental por município, o ensino médio para o

estado, e o colégio Elza Pacheco funciona justamente com o ensino básico, ensino que é de abrangência em princípio municipal. A preocupação deles é poder ter a ampliação da área, é poder atender mais alunos, porque mesmo que tenha agora apenas 400 alunos no ensino médio, no entorno do colégio, considerando vários bairros e somando a população de mais 40 mil habitantes, têm mais de 900 alunos que estão terminando o 9º ano letivo do ensino básico e que no ano que vem o ideal seria se eles tivessem uma escola próxima para poderem ir à aula.

Quer dizer, se todos eles forem para o colégio estadual Elza Pacheco não há como matricular um número tão grande, mas só para ver a demanda a necessidade que tem. Por isso que o pedido de vocês é muito mais do que justo. Certamente já fizeram outros processos de pedido. Mas vem aqui neste Parlamento pedir o apoio para este pleito da comunidade.

Que bom que a comunidade está nos pedindo escola. Difícil e ruim seria se tivessem pedindo cadeia seria muito mais constrangedor.

Então a educação é prioridade. Nós vamos, sim, encaminhar esse pedido junto à secretaria da Educação e se necessário for vamos pedir ao governador.

E isso também em homenagem ao dia de hoje que Blumenau está completando aniversário de emancipação política, município muito importante para o estado e para o Brasil do ponto de vista cultural, do ponto de vista econômico, do ponto de vista de arrecadação de impostos. E é justamente com estes impostos que vão ao governo, através da movimentação econômica, que o governo faz a parte social.

Então nossa saudação especial a Blumenau e a delegação que nos visita!

Mas, eu queria me ater, hoje, sr. presidente, à questão do Samu. Na segunda-feira, inclusive coordenada pela deputada Ana Paula Lima, houve aqui uma audiência pública para falar sobre a centralização do atendimento ao Serviço Móvel de Urgência, como são as suas iniciais, para atender

o estado inteiro que, hoje, está dividido em oito regionais. São elas: Florianópolis; indo para o sul - Criciúma, Lages; depois Balneário Camboriú, Blumenau, Joinville, Joaçaba, São Miguel do Oeste.

Qual é o projeto do governo que já está acontecendo por um acordo entre a secretaria estadual e as municipais, tendo em vista que o Samu, que é um serviço de saúde desenvolvido pela secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina em parceria com as secretarias municipais de saúde e com o ministério? Por conta de uma modificação feita, há a necessidade de fazer com a secretaria do estado e as municipais de saúde também o façam.

Mas, além das oito regiões o serviço está distribuído com 23 unidades de porte avançado. Por exemplo, Rio do Sul tem uma unidade de porte avançado, uma unidade com uma estrutura melhor de atendimento para o referido município e todo o entorno. Também, tem mais de 102 unidades de porte básico, como em Balneário Camboriú tinha uma central de regulação, porém a ambulância não ficava parada apenas no município, mas tinha uma de porte básico lá em Nova Trento, tinha uma ambulância de porte básico próximo a Gaspar. Duas ou três ambulâncias e uma equipe de porte avançado em Balneário Camboriú. Jaraguá pertence à região de Joinville, mas havia um porte avançado em cada uma das cidades.

Qual é a mudança que está acontecendo? Das oito regionais existentes, será apenas uma só. Existe uma preocupação que alguns deputados interpretam e eu compreendo, dizendo que se centralizar numa só vai piorar, mas não vejo assim, porque se alguém de Brusque ligar para Balneário Camboriú ou ligar o mesmo número e cair em Florianópolis, não importa.

A minha dificuldade com o Samu, deputada Ana Paula Lima, foi o atendimento, do tempo que existe. Eu como deputado, secretário da Assistência Social como fui, médico cirurgião, só consegui chamar o Samu uma vez, quase de joelho, das outras vezes não adiantou se ajoelhar, porque nem pedido de médico o Samu atendia.

Então, o responsável pela regulação que eles colocavam nessas oito regionais era especialista em dizer não, em explicar que não ia, mas isso eu já falei face a face ao sistema de regulação do Samu. Agora, em vez de ter oito regiões que explicam que não vão, eu espero que tenha uma que explique que vai. E espero que uma central de regulação possa fazer uma economia do ponto de vista de os funcionários atenderem e com isso em vez de ter oito explicando, que seriam mais 16 ou 20 assessores explicando que não, tendo uma central única, vai ter um pouco mais de recursos que com esses recursos não precisamos economizar em dinheiro, mas que se transforme em atendimento melhor a esse serviço tão importante.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sabe por que não funcionou? Porque terceirizou o serviço. É esse o problema. O estado terceirizou o serviço.

O que nós queremos é que o estado assuma isso de uma vez por todas e que dê o atendimento adequado a nossa população.

O senhor acha que se nós centralizarmos os bombeiros em Florianópolis, Blumenau quando pegar fogo vai ser atendido? Se senhor acha que se centralizar a Polícia Militar em Florianópolis, Blumenau ou Brusque serão atendidos? O senhor acha que se centralizar o Samu que Blumenau, Brusque ou Gaspar, onde nós moramos, vai ser atendido? Temos que descentralizar o mais próximo da casa das pessoas. Com saúde não se economiza, com saúde não se brinca, com saúde tem que ter muito responsabilidade, se o senhor acha que 30 linhas telefônicas aqui na grande Florianópolis, que é a central que eles querem colocar, vai atender 295 municípios do estado de Santa Catarina. Que matemática é essa? É uma matemática que não fecha.

O senhor imagina ligar para Florianópolis e daqui ligarem para sua cidade, Brusque, o tempo que isso vai levar. Também, se São Miguel do Oeste ligar para Florianópolis. É um desconforto! O

tempo de atendimento vai piorar muito e o tempo de resultado de atendimento à população, v.exa. é médico e sabe que um minuto é imprescindível para salvar uma vida.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço o aparte de v.exa., mas temos que saber corrigir para quem está nos ouvindo: a central de regulação é uma, mas a ambulância vai ficar em São Miguel do Oeste, a ambulância vai estar em Nova Trento. Eu não tenho procuração, deputada Ana Paula Lima, para defender o João Paulo Kleinübing, mas as oito centrais de regulação eram um exagero. Eu acho que 30 linhas como eram 40 antes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Srs., eu apelo pelo bom senso de v.exas. para que façam então os 30 segundos a fim de que possamos dar sequência ao horário das Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. que é da região sul de Santa Catarina não está preocupado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com certeza.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Srs. deputados, para chegar uma ambulância em Criciúma, Brusque, São Miguel do Oeste, como é que um médico tem que ligar primeiro para Florianópolis? Porque Florianópolis tem que ligar de volta para São Miguel do Oeste, Brusque. É isso! É isso, simples assim!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigada, deputada. De qualquer maneira eu aposto, srs. deputados, que essa economia que está se fazendo em pessoal parado no atendimento, como disse, que não podia ir, que se transforme mais

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin)- Deputado Serafim Venzon, mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Kennedy Nunes, certamente v.exa. que já foi candidato a prefeito lá em Joinville deve ter

resolvido o problema da saúde, mas este tema é de fato muito importante, precisa ser discutido, merece o nosso apoio.

Eu quero dar apoio ao deputado João Paulo Kleinübing no sentido de promover uma transformação que melhora o serviço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, srs. alunos e diretores. Neste debate do Samu já tive a oportunidade de me manifestar e estou muito mais próximo do posicionamento da deputada Ana Paula Lima e até brincava com eles dizendo que este negócio de central única, o PT só é a favor da Central Única dos Trabalhadores, o resto...

Mas quero falar aqui basicamente sobre dois assuntos, o primeiro, é sobre o fato de no Congresso Nacional o governo mandar o orçamento com mais de R\$ 30 bilhões de *déficit* previsto, e o Congresso Nacional já acena que há um *déficit* maior ainda embutido na peça orçamentária.

Um orçamento com *déficit* dá um sinal para a sociedade, um sinal para o mundo de maneira geral, de uma situação econômica muito difícil, e como a economia se vive de expectativas este é um fato de extrema gravidade.

O que chama a atenção é o fato de o governo ter encaminhando um orçamento com *déficit*, de o governo não ter feito o seu dever de casa, de ter assumido e ter dito: olha, temos que cortar essas despesas aqui porque um governo, seja qual for o governo, não pode mandar o orçamento com *déficit*, porque ele é o responsável pelas contas, ele tem que pedir apoio do Congresso, mas ele precisaria verificar os números e dizer onde ia cortar despesa ou de que forma vai arrecadar os tributos para compensar este *déficit*.

Isto, nós estamos percebendo, há uma crise institucional em Brasília, há uma crise política, e há uma crise de governabilidade, porque este é

um sinal evidente de que o governo não está governando, é preciso governar.

Imagine que se tratasse de um município pequeno, qual seria o posicionamento da Justiça, da população, das críticas da imprensa? É uma situação muito delicada colocada hoje no Congresso Nacional.

Nós estamos trabalhando, o deputado Kennedy Nunes estava aqui agora mesmo, para discutir a alteração do Pacto Federativo. Então, vejamos, quando eu tenho uma crise desta magnitude, em nível nacional, que arrecada a maior parte dos tributos, eu tenho uma crise que se alastra para o país como um todo.

Não vamos entrar nos detalhes de por que a crise ocorreu, os discursos vêm lá, vêm acolá, se é a favor ou contra o governo, mas que a crise está instalada, está. Há um reconhecimento de que a crise está colocada.

É muito provável que, se o país fosse uma federação mais sólida, esta crise não atingisse tanto o nosso país, como ela vai atingir. As pessoas não percebem que este fato, esta sinalização é um sinal claro de que vai aumentar o desemprego, de que nós vamos ter problemas sociais maiores, de que vai faltar dinheiro para várias áreas, é realmente uma situação preocupante.

E nós temos que começar, aqui em Santa Catarina, a tratar do assunto. Hoje tivemos um debate, aqui, a respeito das medidas provisórias, e eu acho que nós temos que tratar realmente esta questão da situação pública do país com mais atenção.

Não é uma crisezinha! Aliás, isso foi repetido muitas vezes, que não era uma marolinha. Não é uma marolinha, não era, não é! E não vai ser no futuro. Alguns sinais, inclusive, são muito delicados.

É claro que sempre que se faz um discurso dessa ordem, vai ter alguém para dizer que está sendo pessimista. Mas é preciso ter um pouco da realidade do que está acontecendo.

A segunda questão que eu quero tratar aqui, voltar à questão, é a respeito da proposta de

emenda constitucional que procura criar, em Santa Catarina, uma súmula vinculante aos moldes da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Debateremos aqui a constitucionalidade, foi suplantada porque este Plenário votou pela constitucionalidade. Eu argumentei, continuo com a minha ideia de que é inconstitucional, e acho que tem que debater argumentos sobre a constitucionalidade ou não, mas entendo que o Plenário, em assuntos desta relevância, não pode ter simplesmente, até como foi abordado pela imprensa, depois, um posicionamento, como foi dito, que é um posicionamento de situação e oposição.

Nós não estamos tratando de situação e oposição, nós estamos tratando se a proposta é ou não constitucional, de uma coisa que vai ter profundo impacto na vida das pessoas, que vai modificar as relações na Justiça, e vai fazer com que pessoas, em determinados momentos, sejam presas, percam os seus bens, em função de uma súmula vinculante, que é uma coisa absolutamente antidemocrática.

A súmula vinculante, da maneira que é colocada, se espalhar ela pelo país, ela fragiliza o próprio Poder Legislativo, por que o poder de decisão é transferido para o Poder Judiciário. Você abre mão e concentra, não para o Poder Judiciário, para um grupo de juízes no Poder Judiciário. Para um grupo de juízes, no Poder Judiciário, que decide!

Ora, as decisões, no Supremo Tribunal Federal não são jurídicas fundamentalmente, são também jurídicas, são decisões políticas.

O que está se tratando agora na questão da descriminalização da droga? É uma decisão jurídica? Não, é política.

Pode até alguém dizer que estamos fazendo o papel que o Congresso não fez. Ora, o Congresso fez! Se o Congresso não fez a lei, é porque não quis fazê-lo. Porque a lei de descriminalização está lá colocada, por enquanto é crime. Não é?

Não vou entrar no mérito de descriminalização, não é o assunto aqui, mas o Supremo Tribunal

Federal tem decisões políticas. Essas decisões políticas, quando faz uma súmula vinculante, elas usurpam o papel do próprio Legislativo, que faz as leis.

Elas impedem a independência do juiz de primeiro grau. Elas concentram o poder nas mãos de um grupo de juizes. Não vamos julgar aqui a questão, pois não é uma questão das pessoas, porque você não pode ter monopólio da decisão de nenhum poder.

Então, esse é um assunto de extrema importância, nós estamos trabalhando aqui para fazer algumas audiências públicas para debater. Esse não é um assunto pequeno, não é como discutirmos aqui se é constitucional ou não, criamos um dia para homenagear tal coisa. É inconstitucional, porque não é tarefa do Poder Legislativo criar dia de alguma coisa. Esses assuntos são importantes, mas esse assunto da súmula vinculante não é um assuntinho, não é um dia que se cria, não é uma modificação da maneira que acontece às decisões no judiciário.

Quando votamos aqui a admissibilidade, como até foi falado sobre o regimento da Casa, não tem a ver com regimento, porque admissibilidade é um dispositivo constitucional, a Constituição é que diz que, antes de votar o mérito de uma determinada matéria de emenda constitucional, eu preciso discutir se é admissível. A admissibilidade é vista por alguns critérios previstos na Constituição. Ora, uma súmula vinculante estadual afronta, no meu entender, as questões de direitos e garantias individuais previstos no art. 4º, além daquilo que é a forma federativa do estado, porque somente a União pode legislar sobre direito civil e processual civil.

Então, eu volto a insistir nessa questão, é um assunto que vou trabalhar, para que seja bem debatido aqui. Posso ser vencido, mas não vou desistir de resistir em nome daqueles que não concordam com essa tese, porque todo mundo fala em justiça célere, tem que acelerar a justiça. Evidentemente, a própria Constituição já prevê no seu art. 5º. É preciso entender que a justiça nem

sempre favorece a todos, normalmente ela favorece àqueles que têm mais poder. Os mais fracos e mais frágeis às vezes precisam de uma justiça que não seja essa aí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, alunos da escola de Blumenau, eu dizia para alguns que, como vice-presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, toda semana recebemos denúncias de fechamento de escolas no estado inteiro, junção de turmas. Essa é uma situação muito delicada que demonstra a gravidade dos investimentos em educação.

Então, vamos acolher essa demanda, vamos levar à comissão de Educação, Cultura e Desporto, que tem reunião já agendada na próxima terça-feira, e vamos solicitar audiência com o secretário de Educação para tratar desse assunto.

Inclusive há um projeto de minha autoria nesta Casa que está tramitando junto com uma PEC do deputado Mauro de Nadal que coloca que, no caso de fechamento de escolas, temos que ver a justificativa da secretaria de estado, mas acima de tudo é necessário ouvir a comunidade.

E os investimentos em escolas são fundamentais. Para que tenhamos uma ideia, o ministério da Educação investiu recursos em mais de 10% das escolas estaduais. Todas as escolas novas de ensino médio receberam recursos do ministério da Educação. Então, precisamos ver porque há uma escola de ensino médio que ainda não tem sede própria. O governo poderia tranquilamente entrar com o terreno e a construção ser encaminhada ao ministério da Educação.

Então, quero trazer essa reflexão e dizer que defender educação e escola sempre é uma bandeira nobre e justa. E nós o faremos.

Mas quero também me manifestar com relação a algumas questões que inquietam muito a nossa ação

como Parlamentar. Algumas vezes não sabemos o que dizer para o prefeito e a comunidade dos nossos municípios. Quero trazer aqui a situação do Fundam. Nós aprovamos em 2013 a lei e o governo federal liberou recurso para o financiamento, que vai até 2030, com juros subsidiados e prazo de carência. Eram recursos da ordem de R\$ 611 milhões designados às obras que os municípios definem.

Veja bem, a lei foi aprovada, o recurso está na conta. A Casa Civil fez uma reunião, por solicitação nossa, com a presença de cinco deputados do PT, do secretário Nelson Serpa, de representante da secretaria da Fazenda para dizer quando os municípios que ainda não têm esses convênios assinados teriam os mesmos assinados. E naquela reunião foi assumido o compromisso de que até 15 de agosto estaria tudo resolvido. Até disse para alguns prefeitos: Contem com 30 de agosto.

E agora, nesta semana, os prefeitos estão ligando e dizendo: "Mas ainda não tem nada, ninguém sabe de nada e eu preciso executar as obras." Nós ligamos para a Fazenda, esta passa para a Casa Civil. Nós ligamos para a Casa Civil, esta passa para o Badesc. E não sabemos o que fazer. Então, o governo que se entenda. Os recursos já estão na conta, mas as obras não são executadas, os convênios não são firmados. O meu pai dizia que antigamente valia o bigode. Hoje, não vale o bigode, nem o papel, nem a palavra. Então, quero fazer um desabafo. O dinheiro está na conta. Aprovamos a lei aqui, mas não sai do papel.

Esse é o primeiro questionamento. O segundo questionamento que faço é com relação às cheias que atingiram os municípios no mês de julho. Os municípios, de Saudades, Maravilha e Coronel Freitas vivem situação de calamidade pública. Em Coronel Freitas, 60% dos empresários perderam quase tudo.

O governo do estado tem o programa Juro Zero, que entra com o juro e o empresário paga esse crédito num parcelamento de 36 meses, se não me falha a memória. Ninguém está pedindo nada de graça. É um programa bom, e há a necessidade de que chegue aos municípios. Nós tratamos disso

desde julho. Toda semana eu ligo para o Badesc, para a Casa Civil, para a Fazenda e dizem que vai sair, mas não sei quando! Quem sabe na enchente do ano que vem!

Inclusive recebi um convite de um empresário que vai reinaugurar a sua empresa amanhã. Está fazendo no peito, com a cara e a coragem. Não veio um centavo do Juro Zero, e ele quer pagar. E trata-se da maior empresa de Coronel Freitas. E digo o que, como deputada? Não sabemos o que dizer. Será mesmo que os prefeitos e empresários vão acreditar que estamos todos os dias ligando, pedindo, fazendo audiências e implorando para quem enxergamos do governo para que de fato agilizem as coisas? Se é daqui há 15 dias, pois que digam, mas digam algo que possa honrar. Que não fiquemos enrolando ninguém porque isso é muito feio e muito ruim!

Uma terceira situação aqui a Olesc e Parajesc. Eu também não sei mais o que dizer, deputado Jean Leutprecht, técnico em Educação Física. É a Fesporte chamando o governo, é o governo dizendo que vai resolver e que vai ter, vai reduzir o recurso. Mas não sabemos. Vai ter mesmo? Vai ter quando? Qual vai ser o recurso? Todos os atletas poderão participar?

Então não dá para ser assim. Um governo parado, devagar, lento demais. Eu não sei quem é que está emperrando a decisão destas coisas. E naquilo que se decide é tipo o Samu, se decide para pior, de oito centrais para uma. As decisões que vem rápido são decisões para tirar direitos e para precarizar o serviço. Eu diria inclusive que nesse debate da descentralização, deputada Ana Paula Lima, e do Samu tem um ditado que acho que resume bem, nós concentrados os serviços e descentraliza os cargos. As SDRs nós descentralizamos, mas os serviços nós concentramos somente em Florianópolis?

Então eu quero traduzir aqui a minha indignação por essa morosidade. A morosidade com que tem se tratado o magistério catarinense. Neste ano nenhum centavo de reajuste foi garantido aos professores. Reajuste que a lei prevê 13%

retroativo a janeiro. Nós já estamos encostando em janeiro do ano que vem e não foi concedido o reajuste passado. E não tem nenhuma perspectiva. A rodada de negociações com o Sinte e o governo do estado está terminando e o governo não acena nada.

A impressão que eu tenho é que ninguém lembrou o governador que o ano começou!

Nós estamos no mês de setembro governador e as enchentes que causaram danos, o Fundam que já tem dinheiro na conta, os jogos que foram cancelados, o Samu que está sendo redimensionando, está sendo pensando por quem? Esta é a primeira pergunta.

E por favor, parem de se esconder em crise e parem de se esconder no governo federal!

Se nós temos um governo do estado eleito, então ele tem que dizer que não governa e que a Presidenta da República governa. E devolva o governo. Agora, se é governo tem que governar, e tem que assumir as coisas que tem pronunciado, não dá mais para nós como deputados ficar mentindo para as pessoas que as coisas irão melhorar e que em tal data o município irá receber o recurso.

E depois nada e nada e nada vem.

Desculpem o meu desabafo, mas é porque chega uma hora que o copo enche e precisamos dizer algumas verdades.

Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Fim das Breves Comunicações.

Passaremos agora ao Horário dos Partidos Políticos.

Com a palavra o Partido dos Trabalhadores, deputada Ana Paula Lima por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada sr. presidente, srs. deputados e também quem nos visita nesta tarde de quarta-feira.

Eu pedi licença ao meu partido para falar um pouco da minha cidade, já que hoje ela faz aniversário. Mas antes concordar com o pronunciamento da deputada Luciane Carminatti quando diz que a palavra não vale mais nada. O fio de bigode não é mesmo deputada! Não vale mais nada.

Um exemplo claro é na cidade de Blumenau. A sra. deputada que é vice-presidente da comissão de Educação. A escola que hoje está aqui a Professora Elza H.T. Pacheco, ela fica numa parte da Escola Victor Hering. E no ano passado nós acertamos com o secretário de estado e com a secretaria regional de Desenvolvimento que iriam construir mais uma sala. E foi esse o entendimento. Eles estão esperando a construção de mais uma sala naquela escola para abrigar duas escolas em um só prédio. Coisa que já deveria ter construído uma escola nova por esse tempo todo. E o secretário não cumpriu a palavra.

Mais uma vez nós vamos levar esse problema ao secretário, que não é apenas o problema de uma escola, é o problema da comunidade, de um bairro que está crescendo, que é do passado e que vai se estender para o futuro.

Então, quando eu digo que há dez anos, srs. deputados, que as secretarias de Desenvolvimento regionais não funcionam, é porque não funcionam. Lá em Blumenau não é resolvido na cidade, é resolvido aqui em Florianópolis, porque lá ninguém resolve nada. Passam os problemas para o outro.

Assim, a escola veio aqui hoje, parabéns por estar aqui, dar visibilidade a esse problema que ele transcende o bairro da Escola Agrícola, da Vila Nova, da Água Verde, onde abriga vários alunos; transcende as fronteiras da nossa cidade e, agora, está aqui na capital do estado de Santa Catarina. E, certamente, nós temos que levar para a secretaria de estado da Educação esse problema e soma também a essa luta da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa.

Mas, falo aqui da minha cidade, srs. deputados, que hoje também completa 165 anos de fundação, uma cidade construída com o trabalho do seu povo, da sua gente. Saí bem cedinho. Hoje tem festejo na cidade. Cidade de um povo que não desiste diante de tantas dificuldades que nós superamos, sejam climáticas, na educação, de um povo que tem a marca da sua superação e é assim a história de Blumenau. Trabalho e superação!

Eu tenho orgulho de fazer parte dessa história, trabalho muito pela nossa cidade, pelo povo de Santa Catarina, mas Blumenau tem um lugar muito especial no nosso coração. Ontem mesmo, srs. deputados, eu participei de dois atos com a presença do governador do estado na cidade de Blumenau. Um referente à inauguração de uma escola, a Carlos Techentin, que fica no bairro Passo Manso, que há muito tempo aquela comunidade esperava a sua construção. E foi graças aos recursos do governo federal, do BNDES, projeto que aprovamos, nesta Casa, que foram investidos na referida escola.

Também, prestigiei a assinatura da ordem de serviço para a construção do centro de inovação de Blumenau, uma iniciativa do governo do estado, com recursos do governo federal; dos municípios do alto vale e médio vale do Itajaí juntamente com a nossa Universidade Regional de Blumenau - a Furb, para capacitação e desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas da nossa região, que inclusive tem vanguarda em procedimentos dessa natureza.

Blumenau tem recebido inúmeros, milhões de recursos do governo federal nos últimos quatro anos, somando mais ou menos R\$ 40 milhões para investimentos em macrodrenagem, pavimentação, corredores de ônibus, área de saúde, área de educação e fico muito entristecida porque alguns desavisados, mal informados ou até maldosos se colocam dizendo que Blumenau não recebe recursos. Recebe muitos recursos tanto do governo do estado quanto do federal, só não recebe mais por falta às vezes de incompetência, ingerência dos governantes que estão na cidade. Por exemplo, perderam recursos da regularização fundiária, do saneamento básico, do esgoto, que nós estamos pagando uma fortuna e devolveram o dinheiro para a União, R\$ 40 milhões em fundo perdido. É desta forma que nós temos feito um trabalho sistemático, todos os dias, levando recursos para a nossa cidade, mas precisa de uma gestão mais eficiente para transformar esses recursos em obras para a nossa comunidade.

Assim, eu quero homenagear a minha cidade, a nossa cidade, com pequeno vídeo que nós preparamos para dizer que Blumenau nos orgulha, mas ela precisa ser bem mais cuidada e estamos cobrando isso sistematicamente.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo para vermos o quanto é bela a cidade de Blumenau.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Então, é isso, srs. deputados! Esta é Blumenau que todo mundo admira, que todo mundo gosta.

Sr. presidente, v.exa. também gostou do vídeo e tenho certeza de que gosta muito da nossa cidade que completa hoje 165 anos de muita coisa boa que aquela cidade, nas suas fronteiras, desenvolveu para o estado de Santa Catarina e para o Brasil.

Então, meus parabéns à minha cidade! Aqui hoje estamos com alunos, professores da cidade de Blumenau, pessoas que moram lá que vieram comemorar o aniversário desta belíssima cidade que muito nos orgulha.

Muito obrigada, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputada Ana Paula Lima, é uma honra poder aparteá-la. Gostaria de parabenizar pelo vídeo e pela sua fala a respeito da nossa, da minha também Blumenau. Eu nasci em Blumenau exatamente no dia 1º de setembro e Blumenau nasce no dia 2 de setembro de 1850. Também tive o prazer de conviver muito no bairro Garcia, na época, do 23º BI, da enchente. Estudei também na Escola de Educação Básica Pedro II, um pouquinho na Escola Barão, no Bom Jesus Santo Antônio.

Então, estamos aqui nos irmanando com v.exa. e com o Décio Lima que deu um "pitaco". E queria parabenizar também todos os blumenauenses, todos os que amam e escolheram esta magnífica cidade de Blumenau e dizer que estarei amanhã no lançamento de um programa junto com o prefeito num projeto, Medicamento em Casa, e esperamos que a população sintam-se cada vez mais bem atendida tanto pelo poder público quanto pela participação que é

sempre um exemplo Blumenau. O voluntariado de Blumenau realmente é o que distingue Blumenau no meio tantas outras cidades.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada deputado, e mais uma vez, muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Só parabenizar a manifestação belíssima da deputada Ana Paula Lima, e dizer que sentimos este sentimento de pertencer à cidade.

Eu acompanhei o vídeo e fiquei muito emocionada também. Imagino que tem o coração, tem a dedicação, tem o profissionalismo.

Então, parabenizá-la, deputada, também o deputado Décio Lima e, em seus nomes, desejar muito sucesso, vida longa aos blumenauenses e parabéns pelos 165 anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queria saudar o sr. presidente, os srs. deputados e deputadas, público que nos acompanha, os alunos e a comissão da Escola Elza Pacheco, a Fernanda e a Ana que me entregaram o documento.

Gostaria de agradecer, eu acho que tudo se resolve, este governo tem procurado ser conciliador, o próprio secretário da Educação é do município de Blumenau, acho que tem que buscar uma solução. Através do diálogo, tenho certeza que nós vamos encontrar.

Comprometo-me a encaminhar, a falar pessoalmente com o secretário, e acompanhar para que vocês tenham uma resposta concreta, e isso tudo possa ser melhorado.

Pelo que nós vimos até agora, aqui nesta tribuna, esse país está uma maravilha! Graças a Deus, Santa Catarina está.

Este país virou um país da corrupção! Vem falar de dinheiro do governo federal aqui! Um dos poucos locais que o dinheiro do governo federal é bem aplicado é em Santa Catarina. Aqui é bem aplicado! O dinheiro que vem traz resultado.

Porque o dinheiro federal vai para o José Dirceu ter uma consultoria e cobrar 40 milhões de consultoria de empresas que atendem a Petrobras. E vêm aqui criticar o governo do estado? Não posso entender isso!

Tem que ter muita disposição de, hoje, vim aqui e dizer que a Dilma, que o governo federal está certo? Para! Dizer que o governo do estado não dá atenção, que o governo do estado não sei o quê... Nós temos um estado referência, pelo amor de Deus! Vamos ter consciência!

Nós temos mostrado. O PT, acho que nunca mais vai governar o Brasil, eu espero, pelo menos. Como não voltou a governar Blumenau, Joinville, Chapecó, porque o PT gosta de administrar aqui no microfone, porque se fosse eles faziam assim, porque quem está fazendo está fazendo errado.

Aqui o PT administra bem. Agora, quando pega a caneta e vai lá administrar, aí é outra realidade. Aí as coisas são diferentes.

O secretário Antonio Gavazzoni foi consultado pelo secretário do Rio Grande do Sul sobre o que fazer. Nós temos um governador, nós temos um secretário referência em nível de Brasil. Gente que está tratando com zelo o patrimônio público, o bem dos catarinenses.

É o estado que tem a melhor remuneração da Segurança Pública, um estado que tem a Educação com mil e duzentas escolas, e quase todas reformadas ou em ação de serem reformadas. Daí vem aqui alguém dizer que quase todas as escolas do estado estão fechando, que o problema de escola é em todo estado. Disseram agora, dez minutos atrás, nesta tribuna!

Pelo amor de Deus! Vamos ter consciência! Vamos poder encarar as pessoas de frente. O

governo de Santa Catarina é um governo referência, o governador Raimundo Colombo, como o secretário Antonio Gavazzoni, que hoje estava aqui, ele disse: eu posso ir em qualquer ambiente, eu posso encarar qualquer debate, porque eu tenho certeza de que o que eu estou fazendo, estou fazendo para o melhor para o nosso estado, com coerência, com responsabilidade.

O Samu, que aqui foi falado hoje, da forma que está, está errado. Tem muitos erros, tem que ajustar, está custando caro para o cidadão, não é caro para o governo, é caro para o cidadão, porque o dinheiro do cidadão está custando caro para o cidadão, e não está dando a resposta que deveria dar, que é prestar um serviço de qualidade.

Para termos ideia, o deputado Serafim Venzon, que é médico, veio aqui na tribuna e disse que várias vezes precisou do Samu e nunca foi atendido, deputado Dr. Vicente Caropreso. Sempre tinha um lá no atendimento para fazer pergunta, parecia que buscava uma justificativa para não ir. Ele como médico precisou, com urgência, transportar um paciente, como médico, não conseguia convencer, ao que fazia o atendimento, para encaminhar aquela ambulância.

Então, tem que mudar. O secretário João Paulo Kleinübing quer mudar, até estuda a possibilidade de fazer convênio com os bombeiros, que sempre atenderam bem na maioria dos municípios. Temos que melhorar o que está sendo feito em Santa Catarina, na educação é para melhorar, na saúde é para melhorar, na segurança é para melhorar.

No Rio Grande do Sul, governado pelo PT, deu um aumento para pagar até 2018. Resultado, mais uma enganação, como é a enganação em nível de governo federal. É a mesma enganação. Hoje o Brasil com um rombo de R\$ 30 bilhões, ainda quer dizer que está certo. Pelo amor de Deus, vamos ter consciência. Temos que realmente ver o que está acontecendo.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Estamos aqui neste Parlamento para auxiliar. Isso que v.exa. está falando não é a mesma coisa que o governador do estado está falando, já mencionei isso. A presidente Dilma foi generosa com o estado de Santa Catarina, que v.exa. votou juntamente comigo, direcionando recursos do governo federal de R\$ 600 milhões a fundo perdido.

Nós votamos aqui, acho que v.exa. leu o que votou. Foi bom para o estado de Santa Catarina. Aqui ninguém está discutindo isso, o que estamos discutindo é para melhorar, a crítica é para isso. O que queremos que não aconteça no estado de Santa Catarina é que em 2013 falando da MP, que estávamos discutindo hoje pela manhã, nós fizemos isso e o Partido dos Trabalhadores alertou que iria dar problema.

Por isso que a nossa preocupação hoje é que tire a MP e nós discutimos como projeto de lei, com diálogo. Parece que já foi acertado com o governo, teve a consciência, graças a Deus, o secretário Antonio Gavazzoni que percebeu que poderia vir mudanças. É assim que acontece, para melhorar.

Quanto à questão do Samu, v.exa. está equivocado também. Em 2011 nós decidimos que não podia terceirizar, mas o governo terceirizou. Na época pagavam R\$ 3 milhões para o Samu, hoje pagamos R\$ 9 milhões. Claro que não é perfeito, mas se centralizar aqui em Florianópolis vai ficar pior ainda. E se o deputado Serafim Venzon, que é médico, não conseguiu atender um paciente, precisou de outro médico, o problema é dele. E se ele quando foi chamar o Samu não foi atendido, ele deveria ter denunciado, pois tem que denunciar para melhorar o serviço, porque o povo de Santa Catarina paga muito. Mas quero falar para v.exa., com todo o respeito que tenho pela sua pessoa, que as críticas são para melhorar e o governo foi muito bom com o estado de Santa Catarina. Ontem mesmo o governador falou que em Blumenau os recursos são do governo federal. Que bom que venha, tem que vir cada vez mais para o nosso povo aqui.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Acho que a democracia sempre é um grande desafio, porque nela nós temos que aprender a conviver com o contraditório. Acho que esse é o exercício da democracia.

Em segundo lugar, eu posso falar com muita tranquilidade sobre corrupção, porque eu não tenho nenhum processo na minha vida. E olha que já participei de cinco eleições e quatro mandatos. Não tenho, por isso falo de cabeça erguida. Agora se for para falar de corrupção, vamos falar da denúncia da Petrobras que apareceu os R\$ 10 milhões do Aécio Neves, que recebeu de Furnas. Vamos falar do José Roberto Arruda, do Distrito Federal, vamos falar do Banco Marka, do Banestado, vamos falar do metrô de São Paulo, vamos longe.

Acho que tem que se falar de todos, não só dos da cor vermelha. E eu topo fazer esse debate. Mas não posso aceitar que nós não possamos fazer crítica. Fui vereadora em Chapecó da situação e da oposição. Fiz o meu prefeito, sendo líder da bancada do PT, retirar um projeto da Câmara de Vereadores. Disse-lhe: "Tenho princípios! Se v.exa. continuar vou votar contra". Os nossos mandatos e os governos são todos passageiros. Devemos ter princípios para defender ou perdemos a moral. Procuro defender princípios, não é porque estou na oposição hoje. Procuro manter a coerência. E, se for para falar do governo federal, vejamos quais os partidos que estão no governo hoje? PT, PMDB, PSD, que tem ministério. Então, vamos devagar porque o santo é de barro. Se não está tão bom o governo federal, poderiam sair e deixar só a presidenta, então. Agora, se estamos no governo, temos que assumir.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputada, com todo respeito, aceito as críticas, mas não aceito o governo federal cortar o Fies dos estudantes, mentir que não há mais dinheiro, porque gastou de forma equivocada. Daí, vêm aqui dizer que as escolas de Santa Catarina - e a

educação de Santa Catarina é um exemplo - estão todas fechando. Com o governo federal cortando o Fies, pagando menos de R\$ 10,00 por uma consulta para o SUS, que está levando todos os hospitais filantrópicos e até públicos à quebradeira, vêm à tribuna dizer que são referência. Não posso aceitar isso quando temos um governador e um secretário que são referências em administração pública em nível de estado e do Brasil. Santa Catarina é um estado com as finanças mais equilibradas do país. Então, respeito às manifestações, mas estou colocando a outra parte. Tanto aceito a democracia, que ouvi e estou contrapondo, e quem está ouvindo que julgue.

Hoje o prefeito Cesar Souza está dando um exemplo do que é preocupar-se com o país, com a situação que o PT deixou. O prefeito reduz o próprio salário e dos secretários. O prefeito Cesar Souza está adotando políticas necessárias para acompanhar a dificuldade na economia. Apenas com a redução do seu salário de R\$ 22.000,00 para R\$ 16.000,00 e dos secretários de R\$ 14.000,00 para R\$ 13.000,00, ele consegue quase R\$ 500.000,00 por ano. Ele quer fazer um ajuste de redução de R\$ 100 milhões no ano.

Isso é administrar. Isso é o que o Antonio Gavazzoni está fazendo como secretário da Fazenda, é o que o governador Raimundo Colombo está fazendo. Quando pode dar, ele dá. Quando não pode, ele segura. As verbas do Fundam em Santa Catarina chegaram ao destino para beneficiar a população. E não é o que acontece na União.

Então, quero fazer o registro, dentro da democracia, de que a Educação neste estado é referência, que o secretário da Educação está procurando a melhor saída. E irá encontrar a solução para aquela escola de Blumenau. Trata-se de um problema dentre as 1.200 escolas do estado. Santa Catarina é, sim, um estado referência no país.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda no horário pertencente aos partidos

políticos, com a palavra o Bloco Social Progressista.

Com a palavra o deputado líder do governo Silvio Dreveck que tem o tempo de até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Consentido deputado jaraguense, nascido em Blumenau Dr. Vicente Caropreso. Sr. presidente vou dividir o horário, chegar em seis minutos v.exa. me informe por favor.

Ouvindo atentamente o debate da discussão no dia de hoje que começou aqui pela manhã, deputado Valmir Comin, com a audiência pública que nós tivemos da Segurança. Ouvindo as entidades, o governo, os parlamentares, não tenho dúvida que todos puderam argumentar ou justificar seus pleitos de um lado, e de outro lado apresentando aqui também o que o governo realizou nesses últimos quatro anos em favor da segurança. E não há dúvida que houve um grande avanço no que diz respeito à remuneração dos servidores da Segurança Pública.

Ao mesmo tempo alguns pleitos que são reivindicados pelas classes da segurança que não possam ser revistos desde que haja espaço por parte do governo. Quero crer que foi uma reunião com inteligência, com respeito de ambas as partes, portanto, nós devemos evoluir para concluir no seu devido tempo este assunto da segurança. Vale lembrar que pudemos e tivemos a oportunidade de ver também a evolução na tabela salarial. E quero crer que dificilmente veremos isso em outros estados.

Mas também tivemos a oportunidade de ter a percepção no mínimo, para não dizer outra coisa, do desafio que nós como parlamentares do desafio que o governo terá pela frente, vale para Santa Catarina, para outros estados e para a União em especial. Ou seja, é preciso diminuir o tamanho do estado para reduzir despesas de custeio, despesas decorrentes e espaço para investimentos que é a grande reivindicação da população brasileira, manifestada por várias vezes e iniciada lá em 2013. Posso ser repetitivo, mas vale lembrar que nesse quesito dos serviços públicos não houve

avanço principalmente na esfera federal, nem por parte do Executivo ou do Congresso Nacional. Reformas, apenas discursos, o que é muito fácil de fazer como eu dizia hoje de manhã.

Agora nós, do estado de Santa Catarina tivemos a oportunidade de ver que situação gravíssima, sr. presidente, é a questão previdenciária. A segurança, por exemplo, que foi apresentada hoje. Nós temos um déficit de R\$ 1,200 bilhão para pagar os aposentados, ou seja, se arrecada aproximadamente R\$ 190 milhões e se paga quase R\$ 1,400 bilhão. E não é o governo que está pagando, quem está pagando é a população, é o povo catarinense com seus impostos.

Chegou a hora de nós termos a responsabilidade de assumirmos e enfrentarmos esses desafios para dar segurança, primeiro para o próprio servidor para que no dia de amanhã a sua família tenha sustento, uma vez que será aposentado e que tenha a garantia que a previdência dê a sustentabilidade de fazer os pagamentos futuros. Se não fizer algo, vai chegar a um determinado período em que não vai haver mais condições de espaço pela Lei de Responsabilidade fiscal, porque chega ao limite e também não tem mais espaço para aumentar impostos. Não há espaço, a população não aceita mais. Nós temos que fazer o inverso, praticar o gesto verdadeiro e concreto e enfrentar os desafios que a população exige de nós como parlamentares e também por parte do Executivo.

Deputado Dr. Vicente Caropreso, v.exa. pode se dirigir a esta tribuna, que eu agradeço a oportunidade do espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do tempo destinado ao Bloco Social Progressista PSDB/PP, com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck por compartilhar esse momento do Bloco Social Progressista.

Sr. presidente, srs. parlamentares. No meio dessa grande discussão democrática que surgiu aqui na Assembleia Legislativa há poucos minutos a

respeito de quem tem a responsabilidade de resolver a situação atual do país, eu passo a proferir alguns conceitos que gostaria de compartilhar com a TVAL, pelos ouvintes da Rádio Alesc Digital e aqui também.

(Passa ler.)

"O disparate do desrespeito À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Sra. e srs. parlamentares, vivemos um momento crucial da vida política brasileira. É hora de começarmos a prestar mais atenção nos detalhes dos fatos que vem se repetindo em nosso dia a dia. Se não vejamos:

1. Em 2014 quando o Governo Federal aumentou a participação no Fies de R\$ 5 para R\$ 12 bilhões, o governo já sabia que não poderia honrar o compromisso, mas o fez, pois era importante naquela época impressionar o eleitor, principalmente os mais necessitados e os que decidem as eleições e decidiram a eleição, para poder obter mais chances de vitória;

2. O governo estimou um superávit fiscal de R\$ 80 bilhões para 2014, em agosto, antes das eleições, mas após o resultado favorável de outubro, misteriosamente a previsão passou para déficit em 2014 de R\$ 20 bilhões para 2014. Um errinho de 100 bilhões de reais, apenas!

Isto tudo está sendo avaliado na comissão de Assuntos Econômicos, do Senado, através da vinda da procuradoria do Ministério Público do TCU, através do sr. Júlio Marcelo de Oliveira.

O que está na realidade sendo dissecado, cirurgicamente, desculpe o termo, são as famosas "Pedaladas Fiscais", um método surreal, que se ficar impune, deixará a marca registrada dos atuais governantes, como assim podemos dizer, 'engane a LEI que isto não vai dar em nada'.

O nosso país, portanto, vive estes dias entre a cruz e a espada. De um lado se o TCU decidir pela ilegalidade, estará desmascarada a FARSA, QUE INFLUENCIOU DECISIVAMENTE NA MENTE DE MILHARES DE ELEITORES BRASILEIROS, que acreditaram que o Brasil estava no caminho certo e que depositaram o

voto de confiança, mantendo por mais quatro anos o atual governo federal.

As consequências todos nós sabemos, será a rejeição das contas da Presidenta, que terá que se explicar e talvez perder o cargo.

Mas se esta situação for aceita como normal, abrirá um precedente perigosíssimo, doravante, outorgando todos os níveis de poder a procederem da mesma forma. Ou seja, se um prefeito, ou um governador quiser provar que as finanças de seus governos estão bem em épocas eleitorais, poderá lançar despesas independentemente de terem o caixa ou a provisão para isto, e que se lasque o contribuinte, que vai pagar com o aumento de impostos, desemprego, aumento descontrolado da inflação e perda da credibilidade. Estas as consequências que nós estamos vendo hoje.

É a grande banana do momento a ser descascada pelas altas cortes brasileiras, ou admitem o grave erro cometido, ou transformam este comportamento em jurisprudência.

Não comentamos acima, mas é bom que Santa Catarina fique alerta, que várias empresas nossas estão em graves dificuldades para o pagamento dos impostos, salários e para os seus fornecedores, instalando assim uma cadeia perversa na contramão do desenvolvimento e bem-estar social, afundando investidores em empresas, outrora sadias, e atingindo em cheio, o cidadão mais pobre, que mais depende da estabilidade da moeda, que trabalha de dia para ter o que comer de noite.

É hora, portanto, também de saber quem são as forças políticas que se agregam a esta situação terrível contra o país, e os que estão indignados querendo justiça e, sobretudo, querendo que seus negócios andem bem e que as famílias, principalmente as mais pobres, não passem fome e necessidades porque alguns governantes na ânsia de se manterem no poder fizeram o que bem entenderam com o dinheiro público.

É hora também, de as pessoas que mais gritam e esperneiam nas redes sociais, em passeatas, participem da política, e que se juntem a forças que combatam este tipo de comportamento contra o

Brasil. É hora dos bacanas do *face*, mostrarem a cara e a coragem de varrer a velha política dos conchavos que se agrega a este tipo de gente para também se beneficiar com cargos, propina e informações privilegiadas .

Eu estarei postando, doravante, nos próximos dias, em minha rede social, um apelo à participação, sobretudo, dos jovens na política, porque eles poderão com essa cara nova contribuir a esta nova fase do Brasil, do país das grandes transformações, das grandes oportunidades, mas, sobretudo, do respeito à ordem instituída."

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dr. Vicente Caropreso.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Inicialmente, com a palavra o sr. deputado Dalmo Claro, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, estou nesta Casa há sete meses e quero aqui deixar bem claro que temos um ambiente de convivência, de relacionamento entre os deputados, digno de nota pelo respeito e educação. Mas isso não pode impedir ou dificultar o bom debate, o levantamento das questões e a discordância mesmo entre pessoas amigas e de boa convivência.

Vou tocar num assunto aqui e sei que existem opiniões bastante diversas entre os vários partidos, inclusive os que compõem a base do governo, os que estão em oposição do governo que é a questão do Samu.

Sou obrigado a voltar a esse assunto que já falamos ontem. Tivemos uma audiência pública anteontem, mas temos que relatar alguns fatos e discutir à luz de alguns fatos reais e de situações reais anteriores e atuais.

Eu sou médico, estou formado há 37 anos. Tenho 60 anos, experiência de vida e de Brasil. Lembro-me de quando era guri, morei algum tempo em

Florianópolis, meu pai era funcionário público, poucas pessoas tinham carro, existiam pouquíssimos locais de atendimento às pessoas, poucos hospitais e existia o Sandu, Serviço de Atendimento Domiciliar de Urgência.

A maioria aqui, inclusive, dos deputados, talvez nem tivesse nascido ainda nesta época, mas o Sandu, o deputado Dr. Vicente Caropreso lembra, também, era um serviço importante. E no início do governo militar ele foi extinto, e fez falta isso para a população.

Lembro-me posteriormente, já nos fins dos anos 70, nos anos 80, atuando em pronto socorro, que as pessoas tinham uma enorme dificuldade de ir ao Pronto Socorro levando aquele seu familiar doente. As pessoas padeciam em casa e vinham a falecer, inclusive, em casa.

Nós víamos as pessoas chegando no Pronto Socorro, quando podiam de táxi, ou com um carro precário, às vezes um vizinho trazia ou vinha de bicicleta para se consultar.

Com isso quero dizer que a vinda, a criação do Samu, há alguns anos, foi um avanço do qual não se imagina hoje abrir mão, de ter esse serviço de atendimento médico de urgência, que é um serviço que faz o atendimento domiciliar, e faz a remoção também.

Isto posto, quero dizer que assumi, milito na Saúde, como digo para vocês, seis anos de curso e 37 de formado, são 43 anos de experiência aqui, a maior parte em Santa Catarina, fora três anos que fiz de especialização e dois anos trabalhando no interior do Paraná, mas em regiões muito próximas a nossa, acumulei um experiência, uma vivência e uma história que tem que ser lembrada pela importância que tem.

Pois bem, quando assumi a secretaria de estado da Saúde, em janeiro de 2011, qual a realidade que nós tínhamos naquele ano? Vamos estabelecer aqui o ano todo de 2011. Queixas quase que diárias nos meios de comunicação, televisão, rádio, jornais, por falta de atendimento adequado do Samu. Talvez muitos já não lembrem mais disso.

Não tem médico, a ambulância está quebrada, não tem ambulância, não tem socorrista, tem médico e não tem motorista, isso era o nosso dia a dia na secretaria. E se nós resgatarmos dos órgãos de imprensa reportagens da época, vamos verificar isso.

Mas, uma obrigação do governo do estado de não mais contratar temporários para o Samu, isso na Justiça do Trabalho, já na segunda instância. E a dificuldade de se contratar, de qualquer maneira, pessoas, de fazer concurso.

Mais uma coisa, eu sou médico, nós temos aqui na Assembleia mais quatro deputados médicos, todos sabem que um médico que entra num serviço de emergência, pouquíssimos são os que têm aptidão, gosto, vocação e saúde para suportar o serviço de emergência por 25, 30 ou 35 anos de trabalho. Em pronto socorro, quanto mais em ambulâncias!

Vocês sabem como é o trabalho do resgate do Samu? Quando precisa ir ao Morro da Caixa, a ambulância não sobe, então, sobe com maca, desce com maca nas costas. E quem é que desce com maca das costas descendo com o paciente? É o motorista, o enfermeiro e o médico, porque é o que tem.

Então, são situações de recolher pessoas na rua, muitas das vezes com fraturas expostas, com o cérebro esfacelado, e isso são situações comuns de *stress*.

Ameaças, chamadas para o Samu em que o médico é rendido com revólver e assaltado. O que eu quero dizer com isso? Que dificilmente nós vamos ter concursados para o Samu, na quantidade necessária, que eram mais de 400, aqui em Santa Catarina, e deve ser isso ainda, que aceite ficar lá por 25, 30 ou 35 anos.

Após o concurso e o chamamento, sabe o que acontecerá, como acontece e eu vi isso na secretaria com médicos em outros setores da Saúde, muito menos atribulados no seu trabalho, de se encostar num deputado da sua região e pedir interferência para ser transferido para SDR, para o IML, para um hospital outro da sua cidade, ou a um serviço de auditoria na regional de Saúde, muito mais tranquilo, e não ficam no serviço de

emergência. Não ficam sequer num hospital, às vezes.

Com toda essa realidade, o que nós tínhamos, o governo do estado ainda também, e aí nós temos que nos render ao Conselho Gestor, e eles têm os seus motivos, não podiam contratar mais mil ou novecentos e cinquenta pessoas para o Samu, para preencher o serviço, que era mil e cem o total de servidores necessários.

O que aconteceu? A solução nossa foi terceirizar o serviço. Os médicos que atendem, e volto a dizer, eles são 40% da força de trabalho do Samu, que atendem as unidades de suporte avançado, a maioria que trabalha com o Samu são residentes que durante certo período tem saúde, idade e disposição para fazer isso.

Médicos do Exército e da Polícia, que por um tempo tem saúde e disposição para isso, e médicos outros que transitoriamente estão precisando, por conta de início de carreira, alguma coisa, trabalhar. Esses médicos trabalham de forma temporária, não vão se submeter a concurso e nem tem condições de fazer concurso ou de esperar concurso. A substituição de um médico e de uma enfermeira no serviço do Samu tem que ser de imediata, em dois, três, cinco dias e não esperar um concurso para se efetivar, ser chamado e até concursar em seis meses ou um ano.

Daí que foi feita a terceirização do serviço de central de regulação e do atendimento, propriamente dito, das ambulâncias que fizemos no ano de 2012. A alegação dos números é o seguinte: o primeiro número que se fala é que se gastava R\$ 3 milhões com o Samu em 2012, na verdade era R\$ 3.300 milhões com cerca de 620 servidores. Só que essa era a folha nominal. Vocês sabem o que é folha nominal? O salário é R\$ 10 mil, conta assim, mas tem a previdência, que o estado paga, provisão do décimo terceiro, provisão de férias. Quando vi aquele número mandei levantar adequadamente e o custo já ia para R\$ 4.500, se fosse contratado os 1.100, que precisava, esse custo ia para R\$6.700, só de folha de pagamento, com encargos e provisões.

Vejam os srs. que não estava contado ali todo o serviço administrativo, que era feito pela própria secretaria, serviço gerais de manutenção, conserto de ambulâncias, que do começo de dezembro de 2011 até o início de fevereiro de 2012 não tivemos no estado esse serviço, porque a máquina fecha e no contrato não estava aberto para consertar. Então, não se têm ambulância para fazer transportes. E o terceirizado faz esse conserto imediatamente. Isso tem que ser lembrado. Hoje não tem ambulância parada, porque a SPDM tem agilidade de ir lá e mandar consertar. Nós ficamos 45 dias entre o final de 2011 e o início de concertos de ambulâncias. Hoje as ambulâncias têm seguro não foram um, nem duas ambulâncias do Samu que foram acidentadas. Canoinhas foi um caso desse, que em menos de 30 dias deu perda total em uma ambulância. Hoje está incluído naquele preço o custo do seguro das ambulâncias.

Então, o custo, quando nós contratamos, foi para cerca de R\$ 7.500 mil. Por quê? Era essa folha estimada de cerca de R\$ 6.700 mil, mais custo de manutenção, mais gasolina, mais gasolina, custo telefônico, aluguel e manutenção das sedes, que eram precárias e foram melhoradas, o seguro dos veículos e mais uma central que foi agregada, que é a central de Caçador. Por isso que o custo, que dizem que era de R\$ 3.500 milhões/mês e não era, o real era mais de R\$ 5 milhões, para 620 pessoas, passou com 1.100 pessoas para R\$ 7.600 milhões, que era o que custava na época. Não tem milagre.

Como foi dito aqui na audiência pública que dá para fazer através de consórcio, o que hoje custa R\$ 8 milhões, dá para fazer por R\$ 6 milhões. Ora, se não vão reduzir motorista, médico, enfermeira, os salários dessas pessoas, como é que vão reduzir um custo onde 80% já é folha e não será reduzida a folha? Como é que se reduz 40% nesse custo total? É questão de matemática.

Então, quero que me digam da próxima vez, que custou isso, custava aquilo com números. Tragam aqui quantas são as pessoas, quanto é o salário, quanto custa e diga. Senão, fica repetindo-se, a

exaustão, esse negócio que custava R\$ 3 milhões e hoje custam R\$ 9 milhões. E isso não é verdadeiro.

Quanto a central de regulação que hoje tem oito bases e vai virar uma, eu quero dar o crédito ao governo do estado e a secretaria de fazer o que eles estão dizendo que vão fazer com a mesma qualidade. Talvez seja possível. O que eu quero dizer para v.exas. é que todo o norte e nordeste de Santa Catarina a regulação é feita em Joinville. O técnico em atendimento de regulação médica, que em outros estados é também chamado de telefonista, é de Joinville, talvez tenha vindo de Criciúma ou do Paraná, e faz a regulação de São Bento do Sul, Mafra, Jaraguá do Sul, Canoinhas, Porto União. Eu duvido que ele conheça as ruas e o trânsito dessas cidades. É questão de dar condição de comunicação, linha telefônica e número de pessoas adequado para fazer o atendimento adequado.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do tempo destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, o jornalista Moacir Pereira fez uma matéria, no dia de hoje, que precisa ser considerada.

(Passa a ler.)

"Procurador Rodrigo Janot admite erro na investigação sobre o senador Luiz Henrique da Silveira.

A audiência da comissão de Constituição e Justiça do Senado com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que resultou na aprovação de seu nome para novo mandato, teve duração de dez horas. E trouxe uma revelação que resgata um episódio marcante e triste nos últimos dias de mandato do senador Luiz Henrique da Silveira.

No dia 31 de março de 2015, quando brincava com os netos, em seu apartamento, o senador foi surpreendido com uma notícia no *Jornal Nacional*. A Procuradoria-Geral da República abrirá

investigação contra ele, sobre suposta advocacia em favor de uma empregada de emissora de rádio de Araranguá, tentando furar a fila de transplante do SUS. A denúncia partira do Ministério Público Estadual e, por se tratar de senador com foro privilegiado, foi enviada ao Ministério Público Federal, em Brasília.

Luiz Henrique reagiu perplexo e indignado. Não tinha qualquer informação sobre o fato. Acionou a assessoria, juntou vários documentos e sete dias depois, indignado, assumiu a tribuna do Senado para relatar o ocorrido e provar inocência. Teve apertes de 19 senadores, em longas declarações de irrestrita solidariedade durante mais de três horas.

Na realidade, o diretor da rádio, ansioso pelo atendimento da funcionária, anunciou em ambiente público que iria recorrer ao senador. O tal pedido nem existiu. Além disso, a funcionária não queria transplante. Tinha crise renal e acabou atendida em hospital particular de Meleiro. Na sabatina do Senado, o Procurador Rodrigo Janot, reconheceu que o senador Luiz Henrique sofrera grave injustiça. Indagado pelo senador José Medeiros (PPS-MT) admitiu: 'Houve uma falha do serviço. No nosso serviço constava que essa comunicação tinha sido entregue. Mas, na verdade, não tinha sido entregue (...) O senador Luiz Henrique esteve depois comigo. Tivemos uma longa conversa de duas horas na Procuradoria. Uma conversa franca, aberta, agradável. Ele saiu de lá feliz com as informações que eu tinha passado. Infelizmente, veio a ocorrer o óbito alguns dias depois'.

Informada pelo telefone do depoimento do procurador-geral Rodrigo Janot, pelo chefe de gabinete de Luiz Henrique e agora de Dalirio Beber, Euclides Siqueira, a viúva dona Ivete Appel Silveira se emocionou. Só ela sabia o quanto Luiz Henrique sofreu com uma notícia de fato inexistente. Que não cabia sequer a uma rádio do interior e ganhou destaque no *Jornal Nacional*."

Então essas injustiças que acontecem na vida pública é que machucam os políticos de bem.

Esse homem trabalhador, digno, honrado recebeu uma denúncia que ele não sabia da existência. Quer dizer, acabou não tendo fato nenhum. Nós fomos em Araranguá procuramos o dono da rádio para dizer que nada houve, o Luiz Henrique da Silveira não interferiu e nem teve transplante. Inventaram uma coisa para o caso de uma denúncia vazia que teve crédito para chegar ao *Jornal Nacional*. Então agora não adianta reclamar que ele é inocente. Quem vai levar esse papel lá pra ele? Só que foi uma justiça que tem que deixar marcado. Era um homem de bem, um homem honrado e homem de bem e honrado nós temos que marcar! Marcar pela linha, pelo trabalho, pela ética e pelo profissionalismo que ele tinha. Amigo de todos, amigo de Santa Catarina.

Perdemos esse grande líder, mas deixou muita marca e muita história.

Obrigado sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Gostaria de dar as boas-vindas ao nosso amigo de Içara, o vereador Osmar Manoel dos Santos, do PP que se encontra aqui na Assembleia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos seguintes ofícios n.s: 0043/2015; 0125/2015; 0132/2015, 0193/2015, 0197/2015; 0208/2015; 0222/2015; 0231/2015; 0252/2015; 0268/2015; 0270/2015; 0320/2015; 0331/2015; 0335/2015; 0337/2015; 0346/2015; 0348/2015; 0400/2015; 0402/2015; 0418/2015 e 0420/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0342/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0343/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0265/2015, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer todos os parlamentares desta Casa em nome da deputada Dirce Heiderscheidt, da deputada Luciane Carminatti e da deputada Ada De Luca também, a bancada feminina desta Casa que muito se empenhou para que os srs. pudessem aprovar essa matéria, tanto na comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e também na Trabalho e Administração Pública, esta cessão deste terreno para construção da Casa da Mulher Brasileira que acontece em todas as capitais do nosso país. Nós seremos a terceira capital a construir esta Casa que é um programa do governo federal que faz parte das políticas públicas do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff que tem investido no combate à violência contra as mulheres. Então, gostaria de agradecer aos srs. que votaram na comissão e que certamente irão votar favorável neste momento no plenário para darmos continuidade, deputada Dirce Heiderscheidt

e deputada Luciane Carminatti, à construção desta casa que vai atender as mulheres catarinenses.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Apenas gostaria de registrar e agradecer também a sensibilidade do governador João Raimundo Colombo por enviar a esta Casa este projeto que tem todo um apelo, principalmente feminino, que o governador entendeu que era importante. Por isso, queria fazer este registro sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0334/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Trata-se da primeira consolidação de leis, fruto de estudo feito pela Universidade Federal. Tramitou nas comissões e agora consolida o trabalho que está sendo capitaneado pelo deputado Fernando Coruja e pelo deputado Aldo Schneider.

Em discussão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, acho que essa iniciativa que v.exa. tomou quando conduziu esta Casa - não sei se foi no primeiro ou no segundo biênio -, deu continuidade agora a uma iniciativa importante.

A Constituição Federal prevê a consolidação das leis. A Lei Complementar Federal n. 0098/95 prevê que essa lei exista. É uma tarefa muito difícil porque consolidar leis não significa reuni-las, mas mostrar aquelas que foram revogadas ou não, que foram recepcionadas pela Constituição Federal de 88, e há muita dificuldade do ponto de vista jurídico.

Mas o presidente deu continuidade ao trabalho, depois de a universidade fazer um trabalho preliminar, e pediu ao deputado Aldo Schneider que coordenasse uma comissão aqui para fazer esse trabalho. Eu tive a honra de participar junto com o deputado Aldo Schneider, e é um trabalho que vai ter continuidade. Ele chamou a assessoria da Casa e a outras pessoas que aqui temos que agradecer pelo trabalho que fizeram. E foi possível dar um pontapé inicial ao trabalho.

Então, aqui temos alguns projetos, mais a consolidação de algumas leis materiais que denominam determinados órgãos, entidades e, também, leis que declaram de utilidade pública. A tarefa mais difícil ainda está por vir.

Mas é uma iniciativa importante, e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina é a primeira a fazer isso, a dar este pontapé inicial e nós temos a convicção, com o apoio que o presidente está dando, e ele quer fazer essa tarefa, vamos conseguir fazer, na continuidade, um trabalho muito bom e a Assembleia de Santa Catarina vai ter o orgulho do trabalho que aqui foi e será feito.

Eu quero aproveitar para cumprimentar o presidente por essa iniciativa, agradecer a oportunidade de estar trabalhando com o deputado Aldo Schneider nessa tarefa e pedir, evidentemente, o apoio aos companheiros aqui para a aprovação desses projetos iniciais de consolidação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de passar a palavra ao deputado Aldo Schneider, eu quero primeiramente agradecer o esforço do deputado Fernando Coruja e do deputado

Aldo Schneider especialmente, que preside a comissão. Eu sinceramente acredito que esse trabalho seja um dos mais importantes que nós teremos nesta Legislatura. Levará ainda mais de um ano para ser concluído, com muito esforço dos membros da comissão e também com muita compreensão das comissões técnicas.

E se logramos êxito, teremos, quem sabe, na metade do ano que vem, mais tardar no final do ano que vem, uma consolidação completa que, a partir disso, todos os anos seria apenas atualizada. Seremos, se conseguirmos esse intento, o único estado do Brasil a fazê-lo. Tenho convicção, pela condição do deputado Aldo Schneider e deputado Fernando Coruja, que nós vamos ter muito sucesso nessa missão.

Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, quero incorporar o meu discurso e agradecimento à comissão de Constituição e Justiça, na pessoa do deputado Mauro de Nadal, que rapidamente votou essa proposta a fim de dar celeridade para que, hoje, estivesse aqui em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Também agradeço ao deputado Mauro de Nadal, que foi fundamental para que tenhamos a sequência dos temas.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Muito obrigado, sr. presidente. O deputado Aldo Schneider esteve ontem na CCJ fazendo uma bela apresentação aos membros da referida comissão, e na oportunidade o deputado Mauro de Nadal relatava todos os projetos juntamente com o dr. Neroci, da equipe técnica da Casa, juntamente com o núcleo de assistência

jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, gostaria de parabenizar os colegas deputados por esse primeiro passo, por essa primeira etapa. Parece-me que 49% leis foram analisadas. Quero desejar sucesso aos deputados Aldo Schneider, Fernando Coruja e Marcos Vieira, que com certeza foram os deputados muito bem escolhidos para participar dessa produção da Assembleia Legislativa.

Parabéns!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

Eu quero aqui de uma forma muito respeitosa, cumprimentar, inicialmente, todos os servidores da Assembleia Legislativa, na pessoa do dr. Neroci, do dr. Paulo Júnior; da Tulia, da Carla e de tantos outros companheiros e funcionários desta Casa, que acreditaram nessa proposta, deputado Gelson Merisio, de v.exa., de transformarmos em realidade aquilo que a Constituição Federal prevê e aquilo que a Constituição do estado também, mas que, como tantos artigos inseridos na nossa Carta Magna, eles são desconsiderados.

Ao ser constituída essa comissão, presidida por mim, e pelos deputados Fernando Coruja e Marcos Vieira, procurou-se auxílio, inicialmente, nos servidores da Assembleia Legislativa e, a partir disso, fomos buscar, na Universidade Federal de Santa Catarina, através de um trabalho contratado por v.exa. quando da gestão anterior como Presidente da Assembleia, resgatarmos aquele trabalho, uma parte daquela equipe e começarmos a fazer os comparativos do trabalho da universidade com que cada lei efetivamente dizia.

Então quero, neste momento, trazer a plenário 49% deste trabalho concretizado e realizado. E dizer que este trabalho foi executado por muitas

mãos, o mérito é de muitas pessoas, mas o que mais importa é que nós estamos cumprindo o nosso compromisso. E, de acordo com o art. 48: "De quatro em quatro anos, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como as demais Assembleias do país, têm que consolidar as leis".

Nós começamos a consolidação a partir do ano de 1947 até 31 de dezembro de 2014. Com esta primeira etapa, criamos, juntamente com a equipe da universidade, mas basicamente com a equipe da Assembleia Legislativa, a metodologia de como fazer efetivamente esta consolidação, porque consolidação não significa compilar, não significa juntar um amontoado de leis num capítulo semelhante e dizer que está consolidado. É muito mais profundo o termo consolidação.

Então, quero, sr. presidente, pedir o apoio de todos os nossos colegas deputados. Concordo com v.exa. quando disse que dentre tantos trabalhos que faremos nesta legislatura - deputado Mauro de Nadal, v.exa. que ontem colocou à apreciação da comissão de Constituição e Justiça este trabalho - com certeza, este será um trabalho considerado pelo povo catarinense e brasileiro, até porque nós estamos tendo coragem, neste momento, para enfrentarmos aquilo que já deveríamos ter feito.

E para dar sequência ao nosso trabalho, ontem, à tarde, tivemos uma reunião de planejamento. Já fixamos um cronograma, srs. deputados, sras. deputadas, sr. presidente, de que no transcorrer deste segundo semestre em curso, vamos apresentar algo em torno de 20% das leis que nos faltam. O restante, até no final primeiro semestre do ano que vem, haveremos de votar a consolidação completa de todas as leis de Santa Catarina. Evidentemente, neste momento teremos que ter mais cuidados porque vamos entrar em temas complexos. Vou citar um exemplo: a questão tributária de Santa Catarina, uma vez que existem muitas leis que falam da questão tributária.

Então, temos que nos amparar de técnicos altamente qualificados, também da secretaria de estado da Fazenda, para não errarmos neste que

será um grande trabalho realizado pela Assembleia Legislativa.

Para finalizar, gostaria de dizer muito obrigado a todos indistintamente. E acredito que este trabalho está sendo realizado pela força, determinação e vontade de muitas pessoas. Este mérito não é meu, é nosso, é o mérito da Assembleia Legislativa, dos srs. deputados, das sras. deputadas que compõem esta legislatura de 2014/2018.

Muito obrigado pela compreensão. O cronograma está fixado e, ao término do primeiro semestre de 2016, haveremos de estar com todo este trabalho realizado para aí, sim, deputado Fernando Coruja, podermos bradar em alto e bom som para todo o Brasil que fizemos o dever de casa, que é cumprir a Constituição Estadual, por meio do art. 48, fazendo com que a consolidação deixe de ser uma utopia e torne-se, efetivamente, um trabalho bem realizado para que a sociedade catarinense e brasileira tenha facilidade ao pesquisar as leis existentes no estado de Santa Catarina a partir do ano de 1947.

Conto com o voto de cada um dos srs. deputados e sras. deputadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Apenas para conhecimento dos deputados de como surgiu essa iniciativa de convidarmos a Universidade Federal para participar desse processo.

Ainda no primeiro ou no segundo mandato, lá em 2010, portanto, eu estava descendo para fazer a Ordem do Dia, e um estagiário da Casa, que fazia estágio na área de Direito, aqui no começo do corredor, disse-me que estávamos votando no segundo turno uma lei de iniciativa do deputado Jorginho Mello, que alterava uma lei específica, e que estava revogada.

Nós já tínhamos votado em primeiro turno, íamos votar o segundo de uma lei que tinha sido

revogada em 1985, dado o volume de leis que temos e a dificuldade de busca. Aí surgiu a ideia de uma sistematização, desta consolidação, que é trabalhosa e demorada, mas que hoje demos passos consistentes.

Por isso, quero, mais uma vez, cumprimentar todas as comissões, dizer que esse é um trabalho da Casa e que, para ter sequência depende do envolvimento de todas as comissões e dos servidores. Acho que nós demos um passo muito importante, hoje, nesta direção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0335/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0336/2015, de procedência da Mesa Diretora, que convalida as leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito de estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0337/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que dispõem sobre a concessão de Título de Cidadão Catarinense no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0338/2015, de procedência da Mesa Diretora, que consolida as leis que conferem denominação adjetiva aos municípios catarinenses.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0193/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes, que declara de utilidade pública a Associação Paz em Cristo, de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0311/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Cruz Vermelha Brasileira, filial do município de Navegantes, de Navegantes.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição de Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0027/2015, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a revogação das leis e dispositivos das leis estaduais declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).

Trata-se de leis aprovadas, que foram declaradas inconstitucionais, mas constam do nosso arcabouço jurídico, e por isso a sua revogação.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de registrar a presença do vereador progressista e içarence, o Mazinho, e o seu assessor parlamentar, o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim

DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim".

Está aprovada a matéria por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar 0028/2015, de procedência da Mesa Diretora, que dispõe sobre a revogação das leis estaduais em face da inexistência de texto normativo respectivo.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Foram leis aprovadas, com número, só que não existia texto. Isso remonta a muitos anos. Com certeza não são recentes, mas constam do nosso ordenamento jurídico, por isso, estão sendo revogadas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero saber quem faz o encaminhamento pela Casa. Tenho dúvida se voto sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Este talvez seja um dos projetos mais inusitados que nós temos aqui. É evidente que isso remonta a algumas décadas, mas temos muitas leis aprovadas, sancionadas, e sem texto. Portanto, passíveis de serem preenchidas.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não", rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim".

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0300/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que proíbe a realização de concurso público para preenchimento de cadastro de reserva e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global e uma subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0159/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca das empresas contratadas para executar as obras da via rápida e do anel de contorno viário do município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0160/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governo do estado, solicitando informações acerca das desapropriações para possibilitar a execução das obras da via rápida e do anel de contorno viário do município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s 0839/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0840/2015, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0841/2015, de procedência da comissão de Constituição e Justiça; 0842/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0843/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0844/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0845/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0846/2015 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0847/2015, de autoria do deputado Jean Leutprecht.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0690/2015, de autoria do deputado Dalmo Claro; 0691/2015 e 692/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0693/2015 e 0694/2015, de autoria do deputado Jean Leutprecht, 0695/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0696/2015 e 0697/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só gostaria de fazer o registro de que este deputado e o deputado Fernando Coruja, representando o Fórum das Emendas Constitucionais, estaremos na próxima semana fazendo visitas a seis Assembleias Legislativa. Eu gostaria de deixar justificada a nossa ausência na próxima semana, pois vamos no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas e em Sergipe.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero anunciar a presença do vereador Jonas Souza, do PT, do município de Passo de Torres, que veio para uma reunião com o comandante da Polícia Militar, buscando reforço da Polícia Militar com aquele município que faz divisa com o Rio Grande do Sul, e que tem tido grandes problemas com a violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Jean Leutprecht, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Sr. presidente e todos que nos acompanham, inicialmente eu gostaria de registrar que estive às 14h, representando o deputado Gelson Merisio na comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social, aonde iniciamos o 2º Seminário de Certificação de Responsabilidade Social, uma atitude de valor catarinense. É um projeto desta Casa e é importante a participação de todos.

Também gostaria de comunicar que no dia de amanhã, na parte da tarde, estaremos realizando, numa ação do nosso gabinete, um seminário de quatro horas no Sesi de Blumenau, que em parceria com o ministério dos Esportes e com o Conselho Regional de Educação de Educação Física, tratará dos projetos de lei de incentivo ao esporte. É um projeto do governo federal, que entendemos de grande importância, já que estamos a menos de um ano das Olimpíadas.

Para destacar, finalizando, gostaria de registrar que hoje teremos nesta Casa a Conferência Livre: Violência Obstétrica, que acontecerá às 18h30 no auditório Antonieta de Barros. E quero destacar o trabalho das deputadas da bancada feminina da Assembleia que fazem um grande trabalho na defesa das mulheres. Principalmente ressalto a preocupação que existe quanto às agressões contra gestantes e parturientes.

Quero me solidarizar com essa causa, destacando alguns projetos da ex-deputada Angela Albino, hoje secretária da Assistência Social: o Projeto de Lei n. 0482/2013, que dispõe sobre medidas de proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica. Nós desarquivamos o projeto neste período em que estamos à frente do mandato. Há também um segundo projeto que permite a presença de doulas durante o período de trabalho de parto. Esse projeto está com a deputada Ana Paula Lima, que defende a mesma causa.

Na mesma linha há dois projetos aprovados em 2014 e 2015. Um deles institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes e a Lei n. 16.396/2014, que institui garantia das mães amamentarem seus filhos nos espaços públicos e estabelecimentos comerciais.

Até a título de conhecimento, trago alguns dados de uma pesquisa feita no Rio de Janeiro que demonstram a violência contra a mulher gestante ou parturiente. Dentre as mulheres que procuraram mais que uma maternidade para o parto, 18% são mulheres brancas, 28,8% são pardas e 31,8% são negras. Isso mostra a própria questão da discriminação, além da preocupação com relação ao problema.

Também com relação à agressão física na gestação temos números relativos à baixa escolaridade: 3,2% são pessoas brancas, 3,8% são pessoas pardas e 5,7% são pessoas negras. Mas uma vez mostrando a questão da raça. Com relação às pessoas escolarizadas, temos 0,8% de pessoas brancas, 0,7% de pardas e 2,1 de negras. Isso demonstra mais uma vez a questão de discriminação. Realmente o negro, neste caso é preterido em detrimento das demais raças.

Então, gostaria aqui de destacar o trabalho realizado nesta Casa pela ex-deputada Angela Albino quando passou pelo seu mandato, que hoje é dado continuidade através das deputadas da bancada feminina. É importante essa luta. Reforço o convite para a conferência que ocorrerá hoje, mostrando a preocupação do Poder Legislativo com

essa causa. Faço um convite a todas as pessoas para que possam participar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero aproveitar o momento para fazer o relato dos encaminhamentos da audiência pública que ocorreu ontem à tarde com o Ministério Público, em que estiveram presentes os deputados Gean Loureiro, Luiz Fernando Vampiro, tratando um pouco da problemática dos pescadores artesanais do estado de Santa Catarina e especificamente de Florianópolis. Foram feitos alguns encaminhamentos. A prefeitura já encaminhou o Projeto de Lei que cria o SIM.

E pedimos aqui toda a gentileza dos vereadores para que de fato trate isto com muito carinho e o quanto antes seja aprovada esta lei. E a prefeitura ao mesmo tempo fará reuniões com os pescadores para simplificar e explicar a retirada da nota de produtor, que também é extremamente importante e necessário. E haverá também uma nova reunião entre todos os órgãos que participaram como a Epagri, o SPU, a secretaria municipal de Planejamento Urbano, a Cidasc, a Fatma, a secretaria estadual da Agricultura juntamente com o Ministério Público.

E ao mesmo tempo também busca-se viabilizar, o mais rápido possível, entrepostos, diferentes ranchos aqui do litoral para poder fazer todo o processamento da questão do pescado dos pescadores artesanais. É claro que estamos agilizando a reunião em Brasília junto ao ministério da Pesca e o ministério da Agricultura exatamente também para buscar simplificar toda a questão legislativa, para que os nossos pescadores artesanais possam comercializar o seu pescado juntamente as peixarias e os restaurantes aqui no litoral.

Deputado Neodi Saretta v.exa., que é o presidente da comissão e que participou também daquela audiência com os pescadores públicos só levando encaminhamentos que acredito que foram de grande importância para os pescadores também.

Então, esperamos que possamos agilizar todo o trabalho.

Com a palavra o próximo orador, o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Saudação ao sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, e a todos que nos acompanham.

Sr. presidente, não posso esperar mais, aguardo uma resposta do governo do estado para os municípios atingidos pela chuva, inclusive o meu município Saudades, que as empresas estão esperando o decreto para que possam acessar recursos para a reconstrução. Trago este assunto novamente à tribuna, porque isso já vai para 60 dias. E como os empresários vão esperar por 60 dias para retomar suas atividades? Os empregados daquelas empresas atingidas precisam de recursos para reconstrução urgente e o decreto não saiu ainda para os municípios, ao menos o que estamos acompanhando no Diário Oficial. Liguei, inclusive, na última quinta-feira para o secretário de Defesa Civil e não tivemos ainda a resposta até o momento.

Então há uma expectativa grande, várias cooperativas e entidades nos ligaram porque não dá para fazer um projeto numa outra entidade financeira e depois o Badesc começa a liberar o recurso e perde todo o serviço da construção dos contratos com outras empresas. E os nossos empresários e municípios atingidos têm esse direito a ter acesso a essa política. Então esperamos que ainda essa semana se resolva esta questão do apoio aos municípios, especialmente os municípios que estão em calamidade pública como é o caso de Coronel Freitas, Saudades e Maravilha que foram os municípios mais atingidos, especialmente as empresas.

Esperamos, a exemplo de Xanxerê, que as empresas tenham acesso a essa política, recursos públicos, recursos do BNDES; o estado tem a equalização dos juros para estes empresários. Essa é a nossa expectativa, que isso seja agilizado mais rápido possível.

Também quero trazer à tribuna, mais uma vez, o debate da audiência pública realizado hoje pela manhã neste espaço com uma participação extraordinária. E a própria audiência pública já mostra o que significam as três medidas provisórias que tratam das mudanças na área dos servidores da Segurança Pública do nosso estado.

A importância que tem o impacto que geraram essas medidas provisórias e ficou claro hoje pela manhã que houve falta de diálogo. Poderia ter sido resolvido várias questões, a secretaria da Fazenda e o governo do estado adota numa perspectiva de mudança muito grande. Especialmente quando se trata das mudanças em termos de gratificação dos servidores tirando direito de gestantes no período que estão de licença; perder direitos; o afastamento por acidente na função de policiais militares enfim, todos os trabalhadores que perdem benefícios.

O aumento da carga horária, que na época do ex-governador, Luiz Henrique da Silveira, fez um acordo e reduziu para seis horas de trabalho para não aumentar o salário e, agora, se aumenta para oito horas - mas não se discute o aumento de salário.

Então, essas questões precisam ser discutidas e a hora plantão também, que é outro tema que praticamente os trabalhadores da Polícia Civil ficam em plantão direto, e quem acompanha o tempo de plantão sabe o que significa, quando um servidor está de plantão pela restrição que ele tem, inclusive, em poder viajar com a família, ter as suas horas de lazer.

Portanto, essas mudanças que tivemos através dessas três medidas provisórias trazem um impacto e esperamos que com o diálogo possamos chegar a um bom acordo.

Agora, para nós, na apresentação do secretário Antonio Gavazzoni - trouxe aqui um alerta, sr. presidente, onde o estado em pouco tempo dobrou a folha de pagamento do serviço público - na nossa avaliação, um dos grandes impactos que causou isso é também o abismo salarial, quando se resolve apresentar aqui leis e criar uma política de

avançar no teto salarial do governador e ir para o teto do Judiciário. Aí uma parte dos trabalhadores recebe um valor muito acima do salário do governador, recebem o teto judiciário, e uma grande parte dos servidores recebe um salário baixo, pequeno pela função que representam. Cria-se um abismo salarial e isso é muito preocupante para o tratamento dos servidores públicos das mais diversas áreas, porque quando se cria um grupo mais favorecido, você em detrimento não dá aumentos salariais para uma grande parte dos servidores públicos estaduais e, com certeza, no futuro teremos que discutir e rever.

Por último, sr. presidente, eu quero trazer um debate presente que hoje está muito forte neste Plenário, que são os grandes impactos da economia brasileira.

O debate sobre crise, a estratégia futura e nós temos clareza de que o governo do ex-presidente Lula e o da Dilma Rousseff transformou esse país, avançou muito para a classe trabalhadora e o Brasil a cada pouco recebe grandes homenagens, como nos últimos dias temos recebido um grande reconhecimento em nível de FAO sobre a questão da alimentação e do combate à fome.

O Brasil recebe um grande prêmio; porque o tema do combate à fome, sair do mapa da fome e da miséria no mundo, é com certeza um dos grandes legados do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, com o programa Fome Zero, que hoje já é referência para muitos países, especialmente da África, como exemplo de combate a fome e a miséria que é o referido programa.

Com certeza hoje é referência para o mundo todo, e precisamos avançar nessa perspectiva. A agricultura familiar é uma das grandes referências de produção de alimentos e que pode com certeza contribuir muito não só no Brasil, mas em outros países também com a produção de alimentos especialmente saudáveis.

Então, queremos referenciar isso! Agora, muitos batem panelas cheias, muitas vezes importadas, enquanto o Brasil tinha milhões e

milhões de pessoas batendo panelas vazias, panelas tortas, panelas quebradas.

Esta referência do programa Fome Zero, da estratégia de enfrentamento do combate à fome uma das grandes mazelas deste país durante décadas e décadas com crianças sempre morrendo de fome antes de completar um ano, torna-se uma das grandes referências em nível de mundo hoje este enfrentamento que o governo da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula fizeram no nosso país.

E não é por acaso que muita gente critica que o nosso governo, a presidente Dilma Rousseff foi eleita, sim, por trabalhadores e trabalhadoras, por pessoas pobres neste país que antes passavam fome e hoje tem seu prato de comida, tem seu trabalho. Isso, com certeza, é reconhecido pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Claro que a elite brasileira, os bilionários deste país jamais vão compreender isso, mas ficamos felizes se o povo, os que passavam fome antes compreendem a importância de um prato de comida para o seu filho que passa fome ou morre de fome antes de completar o seu primeiro aninho de vida.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DR. VICENTE CAROPRESO - Srs. deputados presentes, venho à tribuna para falar sobre dois assuntos. O primeiro é um que toca muito a minha região de Jaraguá do Sul e algumas regiões do estado onde têm a coexistência dos Corpos de Bombeiros Militares e Voluntários.

Pois bem, os Bombeiros Militares têm a intenção de levar apenas para si a possibilidade de acompanhar e a prevenção também na cobrança por habilitar construções, enfim, fazer a prevenção de incêndio.

Entraram no Supremo Tribunal Federal com duas ADINs, com ações de inconstitucionalidade depois

desta Casa aqui ter aprovado uma emenda constitucional estadual. Perderam as duas vezes, já que o Supremo Tribunal Federal não considerou não que não fosse idônea, não fosse tão representativa a entidade que foi representar perante o Supremo Tribunal Federal mediante a ADIN.

O Ministério Público do estado de Santa Catarina acabou de entrar algumas semanas atrás com a mesma representação que diz o seguinte: a mudança constitucional feita aqui nesta Casa no ano de 2012, não teria valor já que a Constituição Federal não prevê a possibilidade, o poder de polícia aos Bombeiros Voluntários, coisa que já existe há décadas e muito bem feito em muitas cidades.

Posso explicar muito bem por Joinville e Jaraguá do Sul, onde essas entidades são responsáveis além do rescaldo de vítimas de acidentes, do combate ao incêndio, do resgate de vítimas a inúmeras situações de emergência. Elas também fazem de maneira gratuita, já que essas corporações são pagas diretamente por convênios através dos municípios. E quando os municípios solicitam, o serviço é gratuito e não precisam pagar absolutamente nada para avaliar as construções, as casas, os eventos, enfim, a prevenção é feita de maneira muito boa baseada em técnica e, acima de tudo, com preço compatível.

É inacreditável hoje, e hoje se debateu muito a respeito das finanças para prover o IGP, a Polícia Civil e a Polícia Militar com toda a possibilidade de repasse financeiro.

Mas a nossa sociedade, seja no Brasil, seja no estado, seja nos municípios, ela vem padecendo de uma dificuldade muito grande de pagar estas corporações inteiras.

Então, o corporativismo, em uma determinada situação, está prejudicando as finanças da Nação, do estado e também dos municípios. E abrirmos mão de instituições que fazem gratuitamente a prevenção de incêndios e a prevenção de muitas situações, como são os Corpos de Bombeiros Voluntários, seria um retrocesso para a nossa

comunidade, e na realidade nós não sabemos como as nossas comunidades iriam reagir com o encerramento das atividades.

Imagine encerrar a atividade do Corpo de Bombeiros Voluntário de Jaraguá do Sul, deputado Jean Leutprecht! Nós não podemos imaginar que uma das instituições, se não for a mais bem avaliada pela população, que são os Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul, de Joinville, de Concórdia, de tantas outras cidades, onde funcione de uma maneira exemplar e com o preço muito abaixo do que é uma corporação militar, que, com todo respeito, merece, também funcionar da melhor maneira possível. Mas nós estamos vendo aqui um corporativismo exagerado, e para isso, algumas lideranças, em nível federal, como alguns senadores, já entraram em contato com o relator, que ficou, no caso, o ministro Dias Toffoli, no Supremo Tribunal Federal, para que ele entenda, e, inclusive, também o Procurador-Geral de República, que recebeu a ação do Ministério Público Estadual, sr. Rodrigo Janot, que continuará no cargo, a respeito do que eles estão decidindo ou não. E, realmente, eles foram pegos de surpresa.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Deputado Dr. Vicente Caropreso, eu gostaria, mais uma vez, de parabenizá-lo por estar levantando este assunto, v.exa. que é um batalhador desta causa, convivemos no mesmo município de Jaraguá do Sul e sabemos da realidade do Corpo de Bombeiros Voluntários e o grande trabalho que faz, principalmente no caso de Jaraguá do Sul e Joinville, onde temos uma vivência mais próxima.

E como v.exa. colocou, hoje, se fizermos uma pesquisa no município de Jaraguá do Sul, qual a instituição mais bem avaliada, certamente nós teremos ali o Corpo de Bombeiros Voluntários. Sabemos da legalidade de questão do Bombeiro Militar, mas não podemos abrir mão desse serviço,

dessa grande atividade do Bombeiro Voluntário da nossa região.

Então, estou junto nesta luta, tenho certeza de que esta Casa já demonstrou estar apoiando esta causa do bombeiro voluntário, e vamos até o final nesta questão, porque é fundamental para a continuidade desse bom serviço, tanto da fiscalização, do socorro, da questão dos incêndios, na nossa região.

Parabéns mais uma vez por levantar esse assunto, e estamos juntos nesta briga.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado deputado Jean Leutprecht, que vem cumprindo com excelência a possibilidade de estar aqui entre nós, divulgando as suas ideias, trabalhando, contribuindo com o nosso estado, e é extramente importante uma contribuição como essa, dentro do discurso, porque é alguma coisa que nos toca no dia a dia.

E aqui eu já vou misturar as duas coisas, meu caro amigo Jean, sr. presidente. Há poucos dias fui acometido de um mal súbito, uma insuficiência coronariana. Quem me socorreu? O Samu.

O Samu que em boa parte do estado vai também, por vontade do atual secretário de Saúde, ser repassado para os Corpos de Bombeiros Voluntários. Ele tem interesse para que as corporações que já existem nas várias cidades também possam fazer parte desse sistema todo, de rescaldo das pessoas com dificuldades agudas e também para que se faça uma justiça, e acima de tudo, uma melhora de qualidade.

Agora, o que está sendo discutido, e hoje foi colocado muito bem pelo deputado Dalmo Claro, que foi o secretário estadual de Saúde, que instituiu, via uma ONG, Organização Social, o controle e o gerenciamento desse serviço do Samu.

O que tem que ficar bem claro para a população é o seguinte, não interessa da onde vem o Samu, se é diretamente do governo estadual, com concurso, ou se o Samu é via uma Organização Social, o que importa é que as pessoas que lá trabalhem cumpram com as suas funções.

Que atendam dentro do menor tempo possível as vítimas e que, sobretudo atendam bem e que sejam treinadas. Toda a equipe, não apenas os médicos, mais todos os enfermeiros, os socorristas para que a população esteja bem protegida.

Então, essa decisão do governo estadual, através do sr. João Paulo Klenübing, nos deixa preocupados, porque as oito centrais serão transformadas em apenas uma central. Tudo centralizado, com o objetivo de reduzir custos e fazer com reduzam-se os gastos com saúde, já escassos no estado e nos municípios.

Rogamos a Deus para que essa decisão que partiu unilateralmente do governo do estado, através do secretário de Saúde, realmente dê certo. Por quê? Porque quanto mais nos afastamos das regiões, onde são atendidas as pessoas, mais dificuldades terão com as pessoas que vão fazer esse rescaldo, pelo desconhecimento da geografia pelas pessoas que trabalham em determinados prontos socorros, que ficarão muito mais próximas da equipe que está nessas oito centrais. Então, tomara que essa vontade e essa decisão política de centralização aqui em Florianópolis do Samu possam ocorrer sem traumas para a população mantendo o alto nível de atendimento do Samu.

Finalizando, quero agradecer penhoradamente pelo pronto atendimento que eu tive por parte do Samu. Parabéns aos profissionais e parabéns a todos os envolvidos nesta grande família Samu e que essa decisão do secretário seja acertada. Mas estaremos aqui cobrando, caso algum problema ocorra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Natalino Lázare, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados ouvintes da TVAL e Rádio Digital Alesc.

O motivo do meu pronunciamento é mencionar um fato relevante, praticado pela Câmara dos Deputados na tarde de ontem.

Ontem foi votado e aprovado, por praticamente unanimidade, um projeto importante para o país, que é o projeto que aumenta em 250% o limite de enquadramento da microempresa no regime especial de tributação, que passa dos atuais R\$ 360 mil, para R\$ 900 mil a receita bruta anual máxima permitida para esse seguimento empresarial. Para as empresas de pequeno porte, o texto estabelece um aumento de 400% para a inclusão no supersimples. Com isso serão permitidos os enquadramentos nesse modelo de tributação das empresas que tiverem renda bruta anualmente entre R\$ 900 mil e R\$ 14,4 milhões. Hoje para terem uma ideia o limite para o enquadramento é de R\$ 360 até R\$ 36 milhões.

A previsão, segundo esse projeto aprovado ontem na Câmara dos Deputados, é que passe a vigorar já a partir do ano que vem. E nesse quesito de R\$ 360 mil até no máximo R\$ 3.600 milhões vai para R\$ 7 milhões. O que significa isso na prática? Significa um ganho muito grande para as micro e pequenas empresas brasileiras. Nós temos dados estatísticos, fornecidos por entidades credenciadas do setor de que 52% dos empregos brasileiros hoje são patrocinados pela micro e pela pequena empresa.

Então, parabéns ao Congresso Nacional. Estou dando entrada a uma moção de felicitações nesta Casa a ser encaminhada à Câmara dos Deputados, especialmente à bancada catarinense em Brasília, dando louvor à aprovação desse projeto porque torna a vida das empresas melhor. E acrescente-se a isso outros ganhos. Nesse processo todo, foram incluídos alguns produtos que estavam de fora, como por exemplo, as bebidas artesanais: vinhos, sucos, cachaça, cervejas. Enfim esses produtos não eram considerados nesse pacote e agora serão contemplados.

Trata-se de uma notícia auspiciosa e de um fato relevante. Gostaria de deixar bem claro que irá afetar de maneira positiva a economia

brasileira e deste estado. Não posso deixar de fazer uma referência elogiosa na aprovação desse projeto importante para as empresas de Santa Catarina ao deputado Jorginho Mello que foi um dos grandes condutores desse projeto, como presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa. Ele foi praticamente quem conduziu esse processo que culminou com a aprovação desse importante projeto na tarde de ontem.

Por isso, em nome deste deputado e do PR, queremos cumprimentá-lo e dizer que temos um orgulho muito grande pela sua determinação, coragem e firmeza, sobretudo pela sua sensibilidade com a classe empresarial. Não dava para continuar como estava, pois empresas se proliferavam no estado todo de maneira até inadequada e agora esse reajuste facilitará muito a vida do micro e pequeno empresário.

Quero parabenizar o deputado Jorginho Mello, aqueles que fizeram parte da sua comissão e os que se posicionaram favoravelmente para que o projeto fosse aprovado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje às 19h, em homenagem aos 70 anos da Geap/SC Autogestão em Saúde.

Está encerrada a presente sessão.